

continuação

social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre "Campanhas Sazonais" (surtem ao longo do ano, como arrecadação de doativos, apoio em encheretes, material escolar, etc.), "Diversidade" (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntários da Enel falou sobre carreira e vida profissional) e "Natal com Propósito", onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania. **Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser - Sustentabilidade em RDE"**: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor - incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), o esse ano com um foco especial em Concursos e Aplicação ESCs na Enel, o programa se desdobrou em frentes: Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil - número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano. **Certificações:** A Enel Distribuição Rio de Janeiro conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	240.971	566.686
Títulos e valores mobiliários	6	116.718	129.555
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	2.039.641	1.843.952
Ativo financeiro setorial	10	307.903	-
Créditos a receber - subvenção e outros	8	95.367	22.015
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	221.647	38.044
Outros tributos compensáveis	9	588.234	142.473
Serviços em curso		47.816	41.256
Instrumentos financeiros derivativos	31	18.141	330.288
Outros créditos		167.367	132.143
Total do ativo circulante		3.843.829	3.246.412
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	56.989	44.444
Ativo financeiro setorial	10	98.958	-
Depósitos vinculados	24	261.823	257.473
Outros tributos compensáveis	9	2.881.905	106.522
Tributos diferidos	30	268.169	305.132
Instrumentos financeiros derivativos	31	40.109	123.231
Ativo indenizável (concessão)	11	5.287.315	4.321.422
Ativos contratuais	14	956.056	619.469
Imobilizado	12	106.659	101.701
Intangível	13	2.426.651	2.633.051
Total do ativo não circulante		12.384.634	8.392.458
Total do ativo		16.228.463	11.638.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)			
	Notas	2021	2020
Receita líquida	27	8.473.369	6.391.739
Custo do serviço		(7.195.898)	(5.427.939)
Lucro bruto		1.277.471	963.800
Despesas operacionais	28		
Despesas com vendas		(17.807)	(15.941)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(518.051)	(281.383)
Despesas gerais e administrativas		(274.581)	(237.440)
Outras receitas operacionais		56.708	52.128
Total (despesa) receitas operacionais		(753.731)	(482.636)
Resultado do serviço público de energia elétrica		523.740	481.164
Resultado financeiro	29		
Receitas financeiras		952.201	400.972
Despesas financeiras		(1.378.133)	(806.316)
Total do resultado financeiro		(425.932)	(405.344)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		97.808	75.820
Imposto de renda e contribuição social correntes		487	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(14.893)	(26.896)
Lucro líquido do exercício	30	(14.406)	(26.896)
Lucro por ação - básico e diluído (em reais por ação)	26	83.402	48.924
		0,293500	0,293500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)						
	Reservas de capital		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	
	Capital social	Reserva de ágio	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.498.230	2.308	20.946	135.904	1.002.891	697
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(163.517)	(163.517)
Tributos diferidos s/ perda de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	55.596	55.596
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	(107.921)	-
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	1.082	1.082
Tributos diferidos s/ ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	(368)	(368)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.924	48.924
Dividendos prescritos	-	-	-	-	216	216
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-
Reserva de reserva de capital de giro	-	-	-	-	(72.901)	(72.901)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	138.350	929.990	1.411
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	131.478	131.478
Tributos diferidos s/ perda de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(44.703)	(44.703)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	86.775	86.775
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	(43.396)	(43.396)
Tributos diferidos s/ ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	14.755	14.755
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.402	83.402
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	4.170	4.170
Reserva de reserva de capital de giro	-	-	-	-	(146.199)	(146.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.498.230	2.308	20.946	142.520	1.076.189	1.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia", "Ampla" ou "Enel Distribuição RJ"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil"), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sedada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 601, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas. **Situação econômico-financeira:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 1.747.948 (positivo de R\$ 249.977 em 31 de dezembro de 2020). A Administração avalia a capacidade de Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Ademais, não existem empréstimos significativos de curto-prazo com vencimento próximo e que precisem ser renegociados, tampouco perdas de suporte financeiro por credores. A Companhia prepara ao final de cada exercício, planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Seu plano de negócios é consistente sob os aspectos econômico-financeiros e financeiros para os próximos exercícios. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações. **1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros: Pessoas e sociedade:** Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou o disponibilização, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por infecção por Covid-19, serão mantidos. Desde a adoção mais ampla do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em local. Este resultado só é possível pelos contínuos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto. **Monitoramento e plano estratégico:** A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que a limitação estabelecida pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 31 de dezembro de 2021. No caso de Enel Rio também deve-se considerar os efeitos da Lei Estadual nº 8.769/20, que impossibilita o corte massivo até junho de 2021. Sendo assim, a Companhia restabeleceu seu processo de desconexão a partir de julho de 2021 e, para o segmento de baixa renda, retornou somente a partir de janeiro de 2022. Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações disponíveis até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores, vide nota explicativa nº 7. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. **Medidas para o setor elétrico:** Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores de baixa renda, que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada à vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar; (ii) suspensão do prazo onerosidade para corte por inadimplência para todos usuários e do descasamento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honorados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021. Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço de sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 86.929, a ser concedido nas faturas nas unidades consumidoras, vide nota explicativa nº 8. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. **Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstrar o alcance e mensuração de seu direito ao equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020. Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 2021/21, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 20.742, o qual foi registrado contra custos por instrumento setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022, vide nota explicativa nº 10 - (Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros). Na mesma resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de equilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de equilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consu-

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

8. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

100 Open Startups: Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Jovem Amiga da Criança: A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, reconhecendo os projetos voltados para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva. **Empresa Pró-Ética:** A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia pró-eticas de prevenção de crimes de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021. **Empresa Mais Digital de 2021:** Prêmio concedido pelo Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de temas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital. **Certificação Top Employer:** Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações. **Anuário Época Negócios 360:** Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360,

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Passivo circulante			
Fornecedores	15	1.358.499	1.085.352
Empréstimos e financiamentos	18	3.103.069	925.268
Debitivos	19	1.092.921	5.987
Obrigações por arrendamentos	20	18.358	15.018
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	436.501	-
Salários, provisões e encargos sociais	65.536	76.609	-
Outras obrigações fiscais	16	191.988	200.161
Passivo financeiro setorial	10	-	301.498
Encargos setoriais	21	82.687	39.887
Dividendos a pagar	27	77.771	57.987
Provisões para processos judiciais e outros riscos	486	486	179.682
Instrumentos financeiros derivativos	31	59.340	103
Outras obrigações		197.542	108.903
Total do passivo circulante		5.591.777	2.996.435
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	2.872.962	2.681.857
Debêntures	19	-	998.943
Obrigações por arrendamentos	20	23.161	26.721
Tributos diferidos a serem restituídos a consumidores	17	2.814.422	-
Outras obrigações fiscais	16	140.571	-
Passivo financeiro setorial	10	-	87.986
Encargos setoriais	21	43.305	50.654
Instrumentos financeiros derivativos	31	13.976	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	23	348.582	590.246
Provisões para processos judiciais e outros riscos	24	661.898	605.629
Outras obrigações		4.846	9.164
Total do passivo não circulante	25	6.923.723	5.051.200
Capital social		2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.218.709	1.068.340
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(27.230)	1.411
Total do patrimônio líquido		3.712.963	3.591.235
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.228.463	11.638.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	83.402	48.924	
Outros resultados abrangentes:			
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Gainho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	131.478	(163.517)	
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	(44.703)	55.596	
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado	86.775	(107.921)	
Gainho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(43.396)	1.082	
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	14.755	(368)	
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(28.641)	714	
Total do resultado abrangente	141.536	(58.283)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	83.402	48.924	
Outros resultados abrangentes:			
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Gainho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	131.478	(163.517)	
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	(44.703)	55.596	
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado	86.775	(107.921)	
Gainho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(43.396)	1,082	
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	14.755	(368)	
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(28.641)	714	
Total do resultado abrangente	141.536	(58.283)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)						
	Reservas de capital		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	
	Capital social	Reserva de ágio	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.498.230	2.308	20.946	135.904	1.002.891	697
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego						

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

continuação

componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Mensuração subsequente varia para fins de mensuração subsequente, dependendo se o passivo financeiro é passivo financeiro de acordo com as seguintes categorias: Valor justo por meio do resultado. Encontram-se nesta categoria o ativo indenizável relacionado à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos (swap). Valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A receita de juros, a reavaliação ganhos e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de taxas ou em situações onde a moeda estrangeira é usada para amortizar instrumentos de dívida e os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contrários e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. Encontram-se nesta categoria os valores a receber com consumidores e outras contas a receber, ativos financeiros do plano de benefício definido e recebidos em consumos e fornecedores, empréstimos e passivos financeiros por empréstimo e financiamento. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os diretos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e ser houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e pagar os passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo). f) Hedge de fluxo de caixa: A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro. Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº1 (NE) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro). Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o Grupo geralmente designa a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados em períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionados à parcela não efetiva do hedge são reconhecidos em outros resultados abrangentes como custos das despesas protegidas. Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuação à contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados será reconhecido em outros resultados abrangentes em uma única transferência de valor a descrito acima. g) Hedge de valor justo: As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "outros ganhos (perdas) líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras". Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 31. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. f) Ativo indenizável (concessão): O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia reconhece esse ativo financeiro em outros resultados abrangentes em uma única transferência de valor a indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição ("VNR"), atividade de correção monetária pelo IPCA, de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR). 2.2.3. **Ativos e passivos financeiros setoriais:** Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais impactos negativos no mercado entre partes interessadas no processo de distribuição de energia elétrica e sua posterior revisão. Assim, a Companhia avalia se um contrato ou contém um arrendamento de infraestrutura da concessão sob o modelo de concessão, com o intuito de avaliar se o contrato é de concessão ou arrendamento. Quando um contrato for considerado uma concessão, a Companhia aplica o tratamento de concessão. Quando um contrato for considerado um arrendamento, a Companhia aplica o tratamento de arrendamento. Quando um contrato for considerado uma concessão, a Companhia aplica o tratamento de concessão. Quando um contrato for considerado um arrendamento, a Companhia aplica o tratamento de arrendamento. Quando um contrato for considerado uma concessão, a Companhia aplica o tratamento de concessão. Quando um contrato for considerado um arrendamento, a Companhia aplica o tratamento de arrendamento. Quando um contrato for considerado uma concessão, a Companhia aplica o tratamento de concessão. Quando um contrato for considerado um arrendamento, a Companhia aplica o tratamento de arrendamento.

Cidades

negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. a) Imposto de renda: A despesa de imposto corrente é imposta a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. b) Imposto diferido: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributárias e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (ou lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil 2.2.10. **Benefício a empregados – Planos de benefício definido:** A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuariado qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos. As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do luto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incremental relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano. 2.2.11. **Provisão para riscos tributários, civis, trabalhistas e regulatórios:** As provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e regulatórios são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação-lés é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações com um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluída na mesma classe de obrigações seja pequena. 2.2.12. **Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há certeza quanto ao recebimento de benefícios financeiros e quando todos os correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide nota explicativa nº 8, 2.2.13. **Resultado por ação – basicoidolado:** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas. 2.3. **Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021:** A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicáveis, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir: a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leasing: O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterada em 2019 e (iv) Não há alteração substancial em outros termos e condições do contrato de arrendamento de bens concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamento em decorrência da pandemia de Covid-19. (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir; (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraaprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraaprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e (iv) Não há alteração substancial em outros termos e condições do contrato de arrendamento. A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias. b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidênciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial Instruments: Disclosures e 09 – Financial Instruments: Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de referência de juros, o que resultou na alteração das IFRS 07 e 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização desses instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência. 2.4. **Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes:** Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicáveis aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após	
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º	de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º	de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º	de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º	de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º	de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º	de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	1º	de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º	de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado	pelos IASB e CFC

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e regulatórios, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. **Julgamentos, estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Nota explicativa 31 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Nota explicativa 11 – Ativo indenizável (concessão):** O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os valores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amorti-

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis: A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é a seguinte:

Classes de consumidores:	Vencidos					Total	
	A vencer até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2021	PECLD Total Líquido
Residencial	226.246	265.052	52.432	140.661	312.342	842.105	1.838.838 (1.053.454)
Industrial	27.275	9.419	4.229	3.488	4.159	35.515	84.485 (19.683)
Comercial	85.254	49.689	9.208	25.930	45.465	147.111	362.547 (225.375)
Rural	6.913	5.529	1.485	2.930	2.989	6.103	25.949 (7.342)
Poder público	44.227	18.574	6.055	14.175	21.835	62.812	167.678 (17.803)
Iluminação pública	50.513	22.743	1.674	7.750	12.498	84.744	165.377 (16.923)
Serviço público	28.328	1.403	298	1.122	956	3.661	35.768 (5.333)
Fornecimento futuro	466.977	374.097	74.460	198.009	400.372	1.213.383	2.727.298 (1.340.212)
Receita não faturada	465.962	-	-	-	-	-	465.962 (12.437)
Receita não faturada	21.767	-	-	-	-	-	21.767 (6.157)
Venda de Energia Excedente - MVE	3.671	-	-	-	-	-	3.671
Compartilhamento - uso mútuo	10.948	12.748	2.366	11.469	9.396	16.519	63.446 (20.223)
Agente de cobrança da iluminação pública	2.487	1.012	-	851	1.458	2.281	8.089 (4.660)
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136
Subtotal	1.161.902	387.857	76.826	210.329	411.226	1.236.319	3.484.459 (1.383.454)
							Circulante 2.096.645
							Não circulante 56.989

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Classes de consumidores:	Vencidos					Total	
	A vencer até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2021	PECLD Total Líquido
Residencial	267.446	223.306	67.823	125.741	188.187	637.856	1.510.089 (740.604)
Industrial	76.409	9.845	766	2.224	3.665	47.189	140.098 (51.622)
Comercial	134.993	47.591	8.812	18.031	33.852	120.924	364.203 (130.924)
Rural	6.913	5.529	1.485	2.930	2.989	6.103	25.949 (7.342)
Poder público	44.227	18.574	6.055	14.175	21.835	62.812	167.678 (17.803)
Iluminação pública	50.513	22.743	1.674	7.750	12.498	84.744	165.377 (16.923)
Serviço público	27.762	859	171	404	637	2.543	32.376 (4.170)
Fornecimento futuro	593.373	327.901	91.276	176.938	270.183	937.086	2.396.575 (972.457)
Receita não faturada	304.475	-	-	-	-	-	304.475 (6.935)
Receita não faturada	158.257	-	-	-	-	-	158.257 (12.272)
Parcelamento de débitos	4.509	6.802	2.634	2.334	5.982	20.778	43.035 (23.250)
Compartilhamento - uso mútuo	-	649	15	400	380	2.192	8.089 (4.660)
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	4.136	4.136
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136
Subtotal	1.060.614	335.352	94.067	179.672	276.545	962.476	2.908.726 (1.020.330)
							Circulante 1.843.952
							Não circulante 44.244

zado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL. A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o caráter incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. **Nota explicativa 10 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")** As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perdas estimadas calculada com base na experiência real de perda de crédito nos últimos 5 (cinco) anos utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, rural, comercial, industrial, iluminação pública, serviço público e poder público). Os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, com a seguir: (i) Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada. (ii) Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantização relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente. Em ambos os modelos, a Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("Expected Credit Losses – ECL") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da explicação de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("Probability of Default – PD") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("Loss given default – LGD"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **Nota explicativa 30 – Ativo fiscal diferido:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Companhia é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem. **Nota explicativa 24 – Provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e regulatórios:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis, trabalhistas e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Nota explicativa 23 – Benefícios pós-emprego:** O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos de pensões, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base. **Nota explicativa 27 – Receita de distribuição não faturada:** O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuída nesses dias e no preço médio estimado por classe de clientes no mês. **Nota explicativa 21 – Instrumentos financeiros:** Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia reduzem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nivel 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e utiliza de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é ajustada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. 3. **Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios:** a) Revisão e reajuste tarifário: A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021 aprovando um reajuste de +12,57% composto por reajuste econômico de +16,86% e componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02% sendo +10,38% e +4,63% para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e Baixa Tensão (BT), respectivamente. b) Bandeiras tarifárias: Diante de condições hídro energéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu reajustar o preço de venda de 1,511/20, que suspendia a aplicação das Bandeiras Tarifárias, e adotou o sistema das bandeiras tarifárias. O ano de 2021 foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro tendo consequentes aumentos dos patamares das bandeiras tarifárias até o patamar vermelho nível 2 e reajustes de seus preços. Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentro os patamares já conhecidos (REH 2.888/21). A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, pelo qual a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. 4. **Reajuste Tarifário 2021:** Em reunião pública de sua diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021. A ANEEL aprovou um reaj

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

continuação

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.036.946	419.954	223.857	695.310	2.376.067
Captações	53.890	1.597.061	350.000	-	2.000.951
Encargos provisionados	42.755	44.981	30.094	-	117.830
Encargos pagos	(64.890)	-	(31.445)	-	(96.335)
Variação monetária e cambial	-	-	211.661	88.277	299.938
Transferências	(416.069)	416.069	579.795	(579.795)	-
Amortizações	(629.875)	-	(459.238)	-	(1.089.113)
Juros incorporados ao principal	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	(2.213)	(2.213)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125
Captações	1.601	1.385.993	1.826.546	3.144.100	3.144.100
Encargos provisionados	109.351	57.903	23.065	3.982	194.301
Encargos pagos	(86.764)	-	(26.194)	-	(112.958)
Variação monetária e cambial	-	-	51.580	63.880	115.460
Transferências	2.084.129	(2.084.129)	208.677	(208.678)	(1)
Amortizações	(265.895)	-	(1.308.259)	-	(1.574.154)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	(2.158)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.863.578	983.440	1.239.491	1.889.522	5.976.031

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2023	2024	2025	2026	2027	Total não Circulante
	870.919	1.672.567	329.476	-	-	2.872.962

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:
 (f) **Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.024	25/03/2021	15/12/2021	1,04%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank V	360.000	25/03/2021	15/12/2021	1,04%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
EFI - Credit Agreement II	230.000	15/04/2021	17/04/2023	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. III	294.500	01/07/2021	01/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IV	299.800	08/07/2021	10/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. V	306.765	03/09/2021	03/09/2024	1,53%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 56	100.466	30/09/2021	16/11/2021	CDI + 1%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 57	60.412	23/12/2021	15/02/2022	CDI + 1,4%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla x CDSA I	140.724	14/12/2021	07/01/2022	CDI + 1,4%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VI	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VII	347.881	14/12/2021	16/12/2024	1,65%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VIII	1.025.952	28/12/2021	28/12/2022	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

ii. **Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	04/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21)	191.214	28/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
Enel Brasil Mútuo 54 (vide nota 21)	100.000	18/08/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil

Enel Finance International N.V. VI - 257.600 07/10/2021 14/10/2024 1,59% Bullet Anual 100% Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro N/A

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual

Contratos BNDES 2012 e 2013: • Endividamento bancário líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. • LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses). 19. **Debitações:** Em 27 de dezembro de 2021, com a disponibilidade de recursos para realização de operação entre partes relacionadas com a Enel Finance (empresa associada ao grupo), a Companhia realizou o pré-pagamento total da 10ª emissão de debêntures no montante de R\$ 1.021.762, acessado de prêmio no valor de R\$ 5.624, reconhecido em despesa financeira.

	31.12.2021		31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	1.036.946	419.954	223.857	695.310	2.376.067
Amortização	(600.000)	-	(600.000)	-	(1.200.000)
Encargos provisionados	46.073	-	48.073	-	94.146
Encargos pagos	(59.038)	-	(59.038)	-	(118.076)
Apropriação custo de transação	1.037	-	325	-	1.362
Em 31 de dezembro de 2020	5.987	998.943	1.004.930	1.004.930	2.009.860
Transferências	(1.000.000)	(1.000.000)	-	-	(2.000.000)
Amortização	46.174	-	(46.174)	-	-
Encargos provisionados	(52.161)	-	(52.161)	-	(104.322)
Encargos pagos	-	-	1.057	-	1.057
Apropriação custo de transação	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125

20. **Obrigações por arrendamentos:** Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu o ofício circular CVM/INC/SEP nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Contábeis do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos - IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar - Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento - Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação - Nota Explicativa. A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão. Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são os seguintes:

	31.12.2021		31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	1.036.946	419.954	223.857	695.310	2.376.067
Amortização	(600.000)	-	(600.000)	-	(1.200.000)
Encargos provisionados	46.073	-	48.073	-	94.146
Encargos pagos	(59.038)	-	(59.038)	-	(118.076)
Apropriação custo de transação	1.037	-	325	-	1.362
Em 31 de dezembro de 2020	5.987	998.943	1.004.930	1.004.930	2.009.860
Transferências	(1.000.000)	(1.000.000)	-	-	(2.000.000)
Amortização	46.174	-	(46.174)	-	-
Encargos provisionados	(52.161)	-	(52.161)	-	(104.322)
Encargos pagos	-	-	1.057	-	1.057
Apropriação custo de transação	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125

21. **Encargos setoriais:** As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido com deduções da receita - nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.12.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energético - CDE - CONTA COVID (a)	25.969	-
Programa de Eficiência Energética - ("PEE")	52.004	47.574
Pesquisa e desenvolvimento ("P&D")	42.101	42.112
Outros	918	855
Total	125.992	90.541

31.12.2021: 18.358 31.12.2020: 18.358

31.12.2021: 21.137 31.12.2020: 21.137

31.12.2021: 27.814 31.12.2020: 27.814

31.12.2021: 8.522 31.12.2020: 8.522

31.12.2021: 6.689 31.12.2020: 6.689

31.12.2021: 6.103 31.12.2020: 6.103

31.12.2021: 6.300 31.12.2020: 6.300

31.12.2021: 48.751 31.12.2020: 48.751

Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações de partes relacionadas.

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2021		31.12.2020		Receita (Despesa)	
			Ativo circulan	Passivo circulan	Ativo circulan	Passivo circulan	31.12.2021	31.12.2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	-	332.187	-	568.521	(38.300)	(31.046)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	411	-	48	-	447	504
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	7.331	-	3.614	(6.138)	(6.296)
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2025	-	37.339	-	24.334	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	-	2.229	-	3.851	-	-
	ENEL Green Power Brasil	-	-	627	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.	-	63.553	-	55.110	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	-	656	-	629	(7.553)	(7.512)	
	ENEL Green Power Parapananema	-	85	-	80	(956)	(910)	
	ENEL Green Power Mourão	-	24	-	23	(276)	(261)	
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	-	136	-	102	(932)	(894)	
	ENEL Green Power Fazenda S.A.	-	102	-	79	(624)	(598)	
	ENEL Green Power Salto do Apiacás S.A.	-	225	-	168	(1.537)	(1.475)	
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	-	275	-	98	(1.228)	(1.159)	
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	-	344	-	113	(1.140)	(1.076)	
	ENEL Trading Brasil S.A.	-	408	-	162	(9.179)	-	
	ENDESA S.A.	Até o final da concessão	2010/2009	-	162	-	-	
	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	2010/2009	-	418	-	-	
	ENEL Brasil S.A.	Até o final da concessão	2010/2009	-	57.880	-	-	
	ENEL Brasil S.A.	Vide nota 18	26.531	1.285.466	24.937	1.316.368	(70.245)	(51.550)
	Enel Finance International N.V.	-	1.033.604	2.540.045	-	754	750.000	(126.863)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	-	738	140.724	-	-	(738)	(754)
	ENEL Brasil S.A.	07/02/2022	-	982	-	2.193	(6.032)	(6.757)
	ENEL SPA	Até o final da concessão	298	1.728	-	390	-	(349)
	Enel Romania S.A.	-	444	-	-	142	-	-
	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA	-	-	-	302	-	302	-
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK	-	915	-	129	-	(965)	(740)
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM.	ENEL Ibérica SLR	Até o final da concessão	-	1.387	-	1.387	-	-
	ENEL Distribuição Ceará - COELCE	Fevereiro de 2024	2.636	232	2.636	232	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	-	781	-	781	-	-	-
	ENEL Green Power Fortaleza - C.G.F.	-	377	-	28	377	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D	-	5.188	251	5.304	251	-	-
	ENEL							

...continuação

de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos , bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio. Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros: (b.1) Risco de crédito: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686
Títulos e valores mobiliários	116.718	129.555
Instrumentos financeiros derivativos	(15.066)	333.416
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	2.082.681	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	406.861	-
Ativo indenizável (concessão)	5.287.315	4.321.429
Total	8.133.433	7.239.482

Em 31 de dezembro de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possui a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

	2021	2020
Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	2021	2020
AAA	346.311	601.441
AA+	4.855	4.704
AA	31.102	31.102
Total geral	351.978	637.250
Instrumentos Financeiros Derivativos	2021	2020
AA-	(15.066)	333.416
Total geral	(15.066)	333.416

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referindo-se a custos não recuperados por meio de tarifa. **(b.2) Gerenciamento de Capital:** A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	5.976.031	3.607.125
Debêntures (Nota 18)	-	1.004.930
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 31)	15.066	(333.416)
Total	5.991.097	4.278.639
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(240.971)	(566.686)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(116.718)	(129.555)
Divida líquida (a)	5.633.408	3.582.398
Patrimônio líquido (b)	3.712.964	3.581.235
Índice de endividamento líquido (a/(a+b))	60%	50%

O Índice de endividamento em 31 de dezembro de 2021 é de 60% (50% em 31 de dezembro de 2020), calculado pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida. **(b.3) Risco de liquidez:** Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho N° 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000. Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a ANEEL aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 e R\$ 600.000, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 3.000.000. Recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 2.500.000, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.500.000, dos quais em 31 de dezembro de 2021, estavam disponíveis R\$ 1.096.806. A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA, ENEL CIEN e CGTF, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500.000. Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.285.287, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	720	421.063	231.525	347.036	1.000.344
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	141.747	163.534	213.221	2.741.621	5.460.123
Total	142.467	584.597	2.644.746	3.088.657	6.460.467

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	-	11.643	287.293	294.793	593.729
Total	-	11.643	287.293	294.793	593.729

(b.4) Riscos de mercado: (b.4.1) Riscos de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuiu 90% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e Libor).

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

	2021	%	2020	%
Selic	20.167	5,73%	36.909	5,79%
CDI	331.811	94,27%	600.337	94,21%
Pré-Fixado	-	0,00%	4	0,00%
Total	331.978	100,00%	637.250	100,00%

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuiu a seguinte exposição:

Ativo Financeiro Indenizável

	2021	%	2020	%
IPCA	5.287.315	100%	4.321.429	100%
Total	5.287.315	100%	4.321.429	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos

	2021	%	2020	%
Taxa fixa	619.722	10,60%	430.510	10,06%
CDI	5.371.375	89,40%	3.844.355	89,85%
Libor	-	0,00%	3.774	0,09%
Total	5.991.097	100,00%	4.278.639	100%

Em relação a eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação da carteira de investimentos. Neste sentido, se utiliza de instrumento financeiro derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF N° 33.050.071/0001-58, com sede na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Saia 601, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora Presidente
Julia Freitas de Alcântara Nunes - Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Alain Rosolino - Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais
Janaína Savino Vilella Carro - Diretora de Comunicação
Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora de Regulação
Ana Claudia Gonçalves Rebelo - Diretora Jurídica
Vago - Diretora de Compras
Julia Freitas de Alcântara Nunes - Diretora Administrativa e de Planejamento e Controle
Vago - Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Luiz Flavio Xavier de Sá - Diretor de Mercado

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A., aqui representados pelo Presidente do Conselho de Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, e acompanhadas do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, à este Conselho de Administração, que tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Guilherme Gomes Lencastre - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nome da Administração e Acionistas da Ampla Energia e Serviços S.A. - *Niterói* - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada	
Veja as Notas 2.2.1 e 27 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente. A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada. A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado. Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada; (2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador; (3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e (4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a	

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6-F-RJ
 Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
 Contador CRC RJ-092563/O-1

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita. **a) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros:** Essas análises têm por objetivo avaliar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilidade da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Base Cenários projetados - Dez 2022			
	2021	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	20.167	2.378	1.784	1.189
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	331.811	39.125	29.344	19.563
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	-	-	-	-
Ativo indenizável	3.969.850	165.816	124.362	82.908
Instrumentos financeiros derivativos	(2.949.790)	(351.775)	(194.691)	(227.301)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	533.301	53.684	174.808	275.458
Instrumentos financeiros derivativos	2.401.422	148.309	691.968	1.143.736
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(425.433)	(54.846)	(88.764)	(221.374)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(552.811)	(65.380)	(180.342)	(284.181)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.578.811)	(159.458)	(743.280)	(1.228.423)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.421.585)	(778.428)	(863.017)	(944.837)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.669.269)	(589.881)	(770.300)	(940.514)
Taxas utilizadas	Provável	Adverso	Remoto	
CDI	11,79%	14,74%	17,69%	
IPCA	4,18%	5,22%	6,27%	
Libor	1,00%	1,25%	1,50%	

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 17. Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Índiceador do contrato (empréstimos e financiamentos, Debêntures e derivativos)	Cenário + 25%		Cenário + 50%		
	Provável	Cenário resultado	Provável	Cenário resultado	
CDI	(1.130.203)	(1.057.708)	72.495	(1.172.138)	(41.935)
FIXO	333.003	311.918	(201.085)	127.964	(205.039)
Total	(797.200)	(925.790)	(128.590)	(1.044.174)	(246.974)
	Cenário + 25%	Cenário + 50%			
	Efeito líquido	Efeito líquido			

Contrato	Provável		Cenário resultado		Efeito líquido	
	Provável	Cenário	resultado	Cenário	resultado	Efeito líquido
BNP PARIBAS 4131 I	22.348	72.076	49.728	113.398	91.050	
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PA	(21.896)	(70.618)	(48.722)	(111.105)	(89.209)	
BNP PARIBAS 4131 III - SWAP PP	22.155	27.012	4.857	31.763	9.608	
SCOTIABANK 4131 III	20.652	67.689	47.037	108.775	86.123	
SCOTIABANK 4131 III - SWAP	(19.883)	(65.169)	(45.286)	(102.801)	(82.918)	
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	24.872	30.913	5.141	35.044	9.169	
SCOTIABANK 4131 IV	12.369	40.517	28.197	64.008	51.628	
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP	(11.905)	(39.020)	(27.115)	(61.552)	(49.647)	
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	14.872	17.946	3.074	20.953	6.081	
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	19.955	93.175	73.220	154.020	134.065	
PA	(19.810)	(92.502)	(72.692)	(152.907)	(133.097)	
PP	37.220	44.883	7.663	52.377	15.157	
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	19.630	91.659	72.029	151.513	131.883	
PA	(16.069)	(75.033)	(58.964)	(124.031)	(107.962)	
PP	31.137	37.477	6.340	43.678	12.541	
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	20.348	92.206	71.958	152.101	131.759	
PA	(16.215)	(73.558)	(57.343)	(121.208)	(104.993)	
PP	31.092	37.360	6.268	43.490	12.398	
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	16.399	73.873	57.474	121.633	105.234	
PA	(13.671)	(61.584)	(47.913)	(101.398)	(87.727)	
PP	27.050	32.511	5.461	37.853	10.803	
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	23.061	103.163	80.102	169.725	146.664	
PA	(23.554)	(105.367)	(81.813)	(173.353)	(149.799)	
PP	44.869	53.920	9.051	62.774	17.905	
EFI - Credit Agreement VIII 160 MEUR	60.066	289.704	229.038	479.430	418.364	
PA	(58.990)	(283.924)	(224.344)	(470.839)	(411.849)	
PP	118.506	433.520	25.014	167.995	49.478	
Total Despesa	364.619	481.489	116.870	589.322	224.703	

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa. **(b.4.2) Risco de câmbio:** Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de Swap (Dólar para Real e Real para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (em reais):

|--|